

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO MST COMO MEDIADORA DA IDENTIDADE CAMPONESA¹

Lucimária Martins Rocha²
Roberto Toshio Tsukahara³

Resumo: O presente trabalho traz como tema: Educação do Campo: prática para o fortalecimento da Escola Estadual de Ensino Fundamental “Três de Maio” localizada no Assentamento Castro Alves município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo. Tem como objetivo investigar as práticas pedagógicas que a referida escola desenvolve como espaço de valorização da cultura camponesa e a apropriação de conhecimentos na perspectiva da Educação do Campo. A pesquisa foi realizada no assentamento, com os pais dos educandos, trabalhadores da escola, educadores e ex-educandos, utilizando as entrevistas semi-estruturadas totalizando 25 pessoas entrevistadas com e dados secundários. Podemos considerar que os princípios de educação do MST na Escola Estadual de Ensino Fundamental “Três de Maio”, estão implementadas, porém há limites para atingir a totalidade, pois há desfalque na aplicação do planejamento; entre estes está a falta de unidade na aplicação das tarefas preparadas pelo coletivo. Para que a Proposta pedagógica da escola citada fortaleça a Educação do Campo como mediadora da identidade camponesa é preciso que os educadores, educandos e famílias procurem cada vez mais participar da vida da escola na construção e execução do Projeto Político Pedagógico, fortalecendo o vínculo ao trabalho e a terra, possibilitando condições de acompanhar os educandos nas atividades propostas e consolidar a Educação do Campo, como um dos instrumentos para o fortalecimento e consolidação da reforma agrária no Brasil.

Palavras chaves: Educação do Campo; princípios educativos do MST; cultura camponesa

Introdução

Ao longo da história brasileira, a construção da identidade camponesa e sua valorização, incluindo a educação escolar, foi marcada por descaso e discriminação pela elite dominante do país, assim, o homem do campo pouco tem valor e isso impregna no senso comum a idéia que o campo significa “lugar de atraso” e sabe-se que a cultura camponesa sempre foi dotada de conhecimentos populares que enriqueceram outros estudos, porém essa sabedoria tem sofrido ameaças de desvalorização cultural, econômica, política e familiar intensificado pela chamada Revolução Verde à partir do

¹ Artigo desenvolvido a partir da monografia defendida como requisito parcial para graduação em Pedagogia da Terra: séries iniciais, EJA; gestão escolar e em outros espaços educativos.

² Educadora pedagoga graduada em Pedagogia da Terra/ UNEB-BA

³ Engenheiro Agrônomo, mestrando profissionalizante do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC, bolsista do CNPq.

desenvolvimento tecnológico (mecanização pesadas e dependência dos produtos químicos) e mais recentemente pelo “agronegócio”.

A Educação do Campo advém da cultura dos camponeses, com relação dialógica os quais estes possuem conhecimentos que não podem ser negados no contexto escolar e são autores da sua própria existência. Esta educação possui princípios que são essenciais para as ações educativas as quais são construídas intencionalmente, e somam muitas conquistas as quais ainda são pontuais e tomam a forma de programas e não de políticas públicas consolidadas.

Mesmo assim, os movimentos sociais do campo de forma especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que faz acontecer a luta dos trabalhadores na promoção de melhor qualidade de vida e os princípios filosóficos e pedagógicos deste Movimento direcionam o processo educativo e estar sempre em movimento.

A pesquisa foi realizada no Assentamento Castro Alves, localizado o município de Pedro Canário, norte do Estado do Espírito Santo sendo de origem qualitativa, semi-estruturada, com 25 pessoas dentre elas está os pais, trabalhadores da escola, educadores, educandos e ex-educandos.

A Educação do Campo

Na diversidade de povos existente no mundo, a educação se manifesta de diferentes maneiras e em diferentes espaços, e não há único modelo de educação. A educação por não ser considerado banco de dados, é uma série de envolvimento que cria e recria invenções relacionadas ao trabalho, à cultura, à religião na sociedade a qual se vive. Neste sentido, “[...] não há uma única forma nem único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”. (BRANDÃO, 1981, p. 09)

Neste contexto, a educação é livre, de caráter permanente e incompleta. É o ser humano vivendo em buscas de superação constante. É fundamental a ampliação da concepção de educação para desmistificar a relação de transmissão de conhecimentos que vem sendo desenvolvida pela sociedade humana. A educação se aprende e ensina com o homem na prática cotidiana, mesmo nos espaços onde não existe escola, porque a prática social é um princípio educativo, a qual inclui o trabalho e preocupação com a

dimensão da formação dos sujeitos nos processos que relacionam à cultura e participação nas lutas sociais.

A Educação do Campo, filha da luta pela terra, nasce em contraposição da Educação Rural, a qual se associava a uma educação atrasada e sem qualidade e os seus programas de educação eram prontos para serem desenvolvidos sem a participação dos camponeses que subordinava os estudantes a não refletirem sobre o espaço onde vive.

Atualmente, a Educação do Campo se faz através dos Movimentos Sociais com seus diferentes sujeitos, pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, roceiros, Sem Terra. Em especial, a partir de 1997, a educação destinada aos camponeses vem, tomando forças com a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) realizado na Universidade de Brasília, com as seguintes parcerias: Fundo das Nações Unidas (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que diante de tantas discussões discute-se a formação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Em consolidação a esse encontro é realizada as Conferencias Nacionais Por uma Educação Básica no Campo, com reflexões direcionadas às políticas de educação e firmando bases no PRONERA, sendo este desenvolvido no país por meio de parcerias do governo federal, universidades e movimentos sociais. Essas conferências objetivavam a defesa de um projeto de desenvolvimento sustentável que atendessem todos os camponeses e camponesas na agricultura, em todas as modalidades escolares.

Diante de tantas lutas é aprovada as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que anuncia recomendações aos governantes, medidas relacionadas à educação escolar que possa atender a população camponesa e representar um novo Brasil rural, com novos caminhos, envolvendo uma organização permanente para fortalecer a discussão da Educação do Campo no âmbito nacional. O Artigo 2º destas Diretrizes institui:

Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (DIRETRIZES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2002).

Nesta trajetória da Educação do Campo a participação do Estado, das universidades, dos movimentos sociais e sociedade civil se fazem presentes e torna-se visível a conquista da Educação do Campo na teoria da Legislação Educacional.

Princípios da Educação do MST

Os princípios da educação do MST encontram-se no Caderno de Educação nº 08, os quais vêm propondo uma educação para as classes populares. É pautada na educação do povo e se caracteriza nos princípios filosóficos e pedagógicos, apresentando a valorização do trabalho e da realidade, ambas ligadas ao princípio educativo e da luta política, sendo preciso:

[...] Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumento científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. (ARROYO 1999, p.27),

E como vincular o cotidiano da escola, o currículo, a prática com o movimento do campo? Como incorporá-los á prática? É preciso entender a dinâmica do campo, as raízes culturais dos camponeses que de certa forma para a sociedade estes valores estão defasados. Não basta abrir o livro didático e adaptá-lo na comunidade.

A questão é mais fundamental, é ir às raízes culturais do campo e trabalhá-las, incorporá-las como herança coletiva que mobiliza e inspira lutas pela terra, pelos direitos, por um projeto democrático e também pede educação. Superar a visão de que a cultura do campo é estática paralisante, voltada para a manutenção de formas e valores arcaicos. (ARROYO,1999, p.30)

Nos princípios filosóficos apresentam novas visões sociais do mundo, um pensar diferenciado em relação à humanidade, à sociedade e um novo jeito de compreender e fazer a educação, a saber: educação para a transformação social; educação para o trabalho e cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação com/para os valores humanistas e socialistas; e educação como um processo permanente de formação.

Nos princípios pedagógicos trazem a proposta de concretizar os princípios filosóficos. Refere-se ao jeito de fazer e pensar a educação. Para concretizar a educação do MST é preciso ter: relação teoria e prática; combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; a realidade com base na produção de conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos/processos políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos/das estudantes; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educandos/as; e atitude e habilidade de pesquisa.

As propostas destes princípios políticos apontam que a Educação do Campo deve ser compreendida com ação de afirmação da realidade educacional dos camponeses que pressupõe o trabalho e a pesquisa como princípio educativo, pois os conhecimentos são construídos de forma coletiva a partir do trabalho na terra, da problematização sistemática da relação dos camponeses com a natureza.

Outra proposta que a os princípios de Educação do MST propõe é a interdisciplinaridade como construção do conhecimento coletivo, sendo a educação um ato criativo e transformador. Estes princípios políticos e pedagógicos se enraízam num projeto de sociedade que lutam para construir, na perspectiva de buscar superar as relações de opressão, dominação e desigualdades que são intrínsecas à sociabilidade capitalista.

Escola Estadual do Fundamental “ Três de Maio”,

O Assentamento Castro Alves, fruto da segunda ocupação do MST no estado do ES, é uma das realizações que media a concretização da reforma agrária e favorece a viabilidade e permanência do homem do campo, pois tem presença da escola Estadual de Ensino Fundamental “ Três de Maio” que é assistida pelo órgão mantenedor - Estado e funciona sob a Pedagogia da Alternância que atende educandos de 5ª a 8ª séries e tem integração com escola-família-comunidade, permitindo troca de conhecimentos, fortalecendo os laços familiares e ampliando vínculos com a comunidade – MST e a terra. É desenvolvida em dois tempos distintos e intercalados: tempo escola e tempo comunidade.

Articular os tempos e espaços da formação consiste em criar liga e ligação isto é, interação entre os dois espaços-tempos, continuidade na sucessão das micro rupturas engendradas pela passagem de um para o outro no plano (nos planos relacionais, afetivos, epistemológicos) coerência, unidade, integração. (GIOMET, 2004, p. 26)

Diversos são os elementos que constituem a Pedagogia da Alternância: Pesquisa da realidade; Caderno da realidade; Trabalho e cooperação; Visita às famílias; Viagens de estudo; Oficina de capacitação; Planejamento e execução e avaliação. Esta escola possui setenta e dois educandos (72), cinco (5) educadores e cinco (5) trabalhadores de serviços gerais.

Análise de interpretação de dados

A pesquisa buscou trazer elementos que pudesse contribuir na análise da realidade da escola nesta comunidade identificando a participação das famílias nas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, bem como analisar de que forma é vista por outras pessoas que de certa forma estão inseridas no processo de aprendizagem escolar. Outro aspecto abordado na pesquisa diz respeito aos fatores que possivelmente dificultam o processo de aprendizagem. Os entrevistados acreditam que é possível superar os desafios que dizem respeito às práticas pedagógicas a partir da organização, da união, do exercício prático cotidiano e do diálogo. Portanto foram entrevistadas 25 pessoas, entre elas estão cinco pais, cinco educadores, cinco educandos, cinco trabalhadores da escola e cinco ex-educandos,

Em respostas à questão que você acha da educação escolar oferecida pela Escola Estadual de Ensino Fundamental “Três de Maio”? Foram atribuídas, provavelmente, pois os entrevistados têm a compreensão de que as práticas pedagógicas que a escola desenvolve, tais como: os temas geradores, a pesquisa da realidade e as visitas às famílias reforçam o entendimento da proposta da escola, enquanto espaço de vida, os conhecimentos dos sujeitos que ali vivem é de extrema riqueza e as pessoas são concebidas como sujeitos sócio-históricos. Então, a escola pondera o processo de ensino-aprendizagem a partir do diálogo entre os saberes da tradição e científico em que a apreensão do conhecimento é construída coletivamente a partir da análise das contradições vivenciadas na realidade dos sujeitos.

Na arguição sobre as práticas pedagógicas que a escola desenvolve que ajudam no desenvolvimento da educação escolar pode compreender que são diversas as

práticas e espaços de aprendizagens em construção coletiva, de intervenção, a busca pelo conhecimento por meio da pesquisa e dialogando com os atores sociais. Estas práticas possibilitam a construção de sujeitos sociais e novas formas de socialização, ao propor gestão coletivamente à realidade, é conceber o campo como espaço de vida para as futuras gerações. As práticas pedagógicas que a escola desenvolve, trata o trabalho científico como algo inseparável do empírico, próprio do campesinato tradicional e das outras formas de trabalho existente na sociedade, por isso, é fundamental que a escola discuta o significado e a importância do trabalho na vida do homem, a preparação para o trabalho contido no currículo escolar reforça a proposta da Educação do Campo.

Pelas argumentações da terceira questão, em busca dos principais limites que a escola enfrenta, podemos supomos que o entendimento geral, existente que a escola é parte integrante dessa sociedade por consequência as políticas públicas para a educação hegemonicamente impõe o ritmo e as necessidades do capital, que a Educação do Campo não faz parte deste processo. Referindo ao limite do trabalho coletivo dos educadores e a visão mais integrada do fazer pedagógico tem sido dificultado pela divisão técnica do trabalho que se instalou no interior das unidades escolares, pois a mesma foi produzida por esta divisão.

Na arguição sobre a como é a sua participação da vida escolar de acordo com a pesquisa a participação é uma questão individual, que parte dos princípios e formações adquiridas no decorrer de sua vida e convivência dentro de uma organização. De certa forma todos participam da vida da escola de sua maneira, desde a realização da matrícula filial, a participação nas assembléias como ouvinte, à exposição de sugestões, apreciação de eventos culturais e o contribuir na realização de tarefas coletivas.

Valorizando cada sujeito, que na escola comparece nas mais diversas maneiras de participar e buscar mecanismo de fortalecimento da proposta pedagógica e a participação escolar, sendo uma conquista.

Na quinta questão, que proposta você oferece para melhorar a oferta da educação escolar da escola Três de Maio? Pelas respostas obtidas, entendemos que da comunidade, a escola não realizará os seus objetivos se não estiver ancorada por uma proposta pedagógica coletiva, adequada à realidade camponesa, integrada à dinâmica do assentamento.

Para que os educandos possam acompanhar e participar das transformações tecnológicas que vêm ocorrendo, o grande desafio da escola está em garantir um padrão de qualidade humana, técnica e política para todos e que respeite a diversidade local,

social e cultural, entendendo o educando como sujeito, histórico, cultural, social e ético do processo educativo, em constante processo de evolução

Considerações finais

A Pedagogia da Alternância das escolas de assentamentos do MST propõe por meios de sua pesquisa, um desenvolvimento equilibrado dos sujeitos e do meio social que propicia a assimilação da sua realidade transformando-a, buscando desenvolver de forma contínua as potencialidades humanas em todas as dimensões.

A necessidade de tomar decisões concretas e partir para a ação dentro de um contexto coletivamente construído e planejado surge a necessidade de organizar o trabalho pedagógico que envolve também o administrativo, pois é a capacidade de organização que vai garantir a execução. É neste momento que apresenta a revelação dos compromissos de todos os responsáveis pela educação escolar (pais, educadores, educandos, serventes, auxiliar de limpeza e secretária) na garantia de fazer acontecer a todos os educandos o que foi proposto como fundamental para sua formação emancipatória.

Diversos são os limites enfrentados por alguns educandos, sendo um deles é o acompanhamento por parte da família, devido aos trabalhos dos pais ou dos responsáveis, outro percalço visível no desenvolvimento da prática pedagógica é a falta de conhecimento, por parte da família, dos elementos da Pedagogia da Alternância e o apoio da família nos estudos. Este modo de agir deve ser trabalhado para não desestimular outros sujeitos envolvidos no procedimento metodológico. Por outro lado, as interferências burocráticas ampliam no interior da escola, dificultando a realização das tarefas.

Apesar dos fatores citados limitarem o fortalecimento da prática pedagógica, nesta pesquisa pode-se constatar a visão das famílias assentadas em respeito às práticas pedagógicas que a escola cultiva a qual a mesma dentro da possibilidade insere dentro dos princípios filosóficos e pedagógicos do MST e respeita a legislação em vigor, os conteúdos são desenvolvidos em todas as áreas do conhecimento, que se desdobram em conteúdos curriculares da Base Nacional Comum, bem como em uma parte diversificada voltada para uma formação vinculada à vida no campo, em consonância com as Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental e, também, com as Diretrizes

Operacionais Para as Escolas do Campo, tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A pesquisa aponta que a escola não está completamente desorganizada, pois o tempo, organização e metas é que se consolidam as conquistas. É neste caminhar que está uma das funções da escola de desenvolver um amplo processo de formação do sujeito que por meio das diversas atividades desenvolvidas poderá integrar a comunidade na escola não somente para apreciar eventos, tais como as jornadas socialistas e noites culturais, mas sim contribuir no vínculo organizativo da escola desde o planejar ao executar.

Para que a proposta pedagógica da Escola Estadual de Ensino Fundamental Três de Maio fortaleça a Educação do Campo como mediadora da identidade camponesa e a estratégia geral do MST é preciso que os educadores, educandos e famílias procurem cada vez mais participar da vida da escola na construção, aperfeiçoamento e execução do Projeto Político Pedagógico, fortalecendo o vínculo ao trabalho e a terra, possibilitando condições de acompanhar os educandos nas atividades propostas e consolidar a Educação do Campo, como um dos instrumentos preciosos para a consolidação da reforma agrária no Brasil.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? 17ª ed. Brasiliense, São Paulo, 1981

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Dossiê: MST escola. Caderno de Formação nº 13 edição especial. ITERRA, 2005

GIMONET, Jean-Claude. Método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das casas familiares rurais. Documentos pedagógicos. UNEFAB. 2004

MINISTÉRIO da Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das escolas do campo. Resolução CNE/ CEB nº 1 de 3 de abril de 2002.

ARROYO, Miguel Gonzáles, FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma Educação do Campo: a educação básica e o movimento social do campo. Vol. 02. Brasília 1999.